



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

116
TJP.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0068621-52.2010.8.17.0001 (0312048-7)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PRCURADOR : FRANCISCO MÁRIO MEDEIROS CUNHA MELO
AGRAVADO : EVANIA MARIA DE FREITAS COELHO
RELATOR : DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: JUÍZA CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO DE VIATURA OFICIAL COM VEÍCULO PARTICULAR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DO VALOR DESPENDIDO PELA PARTE AUTORA COM A FRANQUIA DE SEGURO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da responsabilidade civil da Administração Pública. Sobre o assunto, é cediço que o sistema jurídico brasileiro, atentando para o art. 37, §6º, da CR/88, adota a responsabilidade patrimonial objetiva do Estado.
2. A responsabilidade civil do Estado é, pois, objetiva, sendo suficiente à obtenção da indenização por parte da entidade pública, a comprovação do dano e do nexo causal, ao contrário do que ocorre com a ação de regresso contra seus agentes, na qual deverá se provar a culpa ou dolo destes.
3. Acostado aos autos o recibo da franquia de seguro, resta comprovado o dano material, o qual deve ser reparado pela Administração Pública, diante da demonstração do nexo de causalidade entre sua conduta e o dano experimentado pelo particular.
4. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

117
/ 09

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0068621-52.2010.8.17.0001 (0312048-7)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PRCURADOR : FRANCISCO MÁRIO MEDEIROS CUNHA MELO
AGRAVADO : EVANIA MARIA DE FREITAS COELHO
RELATOR : DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: JUÍZA CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, caput, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0312048-7, mantendo incólume a decisão atacada por vislumbrar o dever do Estado de Pernambuco de reparar o dano experimentado pela parte autora.

Irresignado com a supracitada decisão monocrática, o apelante ingressou com o presente recurso de Agravo Legal, arguindo, em suma, que não há elementos nos autos capazes de atribuir a causa da colisão à conduta do Estado, inexistindo, portanto, nexos de causalidade e, consequentemente, a responsabilidade civil deste ente federativo.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 97/102, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria retrate-se da decisão vergastada ou, em não havendo juízo de retratação, que o presente agravo seja submetido à apreciação da e. Câmara, no sentido de reformar a decisão monocrática hostilizada.

É, no essencial, o relatório.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

118
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0068621-52.2010.8.17.0001 (0312048-7)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PRCURADOR : FRANCISCO MÁRIO MEDEIROS CUNHA MELO
AGRAVADO : EVANIA MARIA DE FREITAS COELHO
RELATOR : DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: JUÍZA CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

Cinge-se a controvérsia acerca da responsabilidade civil da Administração Pública. Sobre o assunto, é cediço que o sistema jurídico brasileiro, atentando para o art. 37, §6º, da CR/88, adota a responsabilidade patrimonial objetiva do Estado. Leia-se, pois, o que preceitua o dispositivo retromencionado: *"as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa"*.

O tema também é trabalhado pelo art. 43, do Código Civil, segundo o qual: *"as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo"*.

A responsabilidade civil do Estado é, pois, objetiva, sendo suficiente à obtenção da indenização por parte da entidade pública, a comprovação do dano e do nexo causal, ao contrário do que ocorre com a ação de regresso contra seus agentes, na qual deverá se provar a culpa ou dolo destes.

Acerca da responsabilidade objetiva, ensina Celso Antônio Bandeira de Mello que:

"o Estado só se exime de responder se faltar o nexo entre seu comportamento comissivo e o dano. Isto é: exime-se apenas se não produziu a lesão que lhe é imputada ou se a situação de risco inculcada a ele inexistiu ou foi sem relevo decisivo para a



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perela de Lira
1ª Câmara de Direito Público

119
top

eclosão do dano. Fora daí, responderá sempre..." (Curso de Direito Administrativo. 29ª. Ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2001, p.1040)

A respeito, diversos são os precedentes do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal de Justiça, senão vejamos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. COLISÃO ENTRE VEÍCULO PARTICULAR E VIATURA OFICIAL - DETRAN. CULPA DO AGENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. De acordo com o art. 37, § 6º, da CF nos casos de acidente de trânsito envolvendo a Administração e terceiros a responsabilidade do Estado é objetiva, desde que comprovada a culpa do agente público. 2. Na análise dos autos ficou demonstrada o nexo causal entre a colisão e o dano, além da negligência e imprudência do agente do DETRAN, ao desrespeitar as normas de trânsito sem justificativa. 3. Havendo comprovação dos danos materiais, estes devem ser compensados. In casu, é imperioso em debitar à autarquia responsabilidade objetiva relativamente aos danos sofridos pelos veículos envolvidos no acidente. 5. Recurso de Agravo improvido. 6. Decisão unânime. (TJ-PE - ACV: 1418104 PE 0011486-85.2010.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 16/12/2010, 8ª Câmara Cível)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. EMBARGOS DECLARATORIOS. REJEIÇÃO. VIOLAÇÃO DA LEI. INEXISTENCIA. AVALIAÇÃO DOS DANOS. MATERIA FATICA. DANOS MATERIAL E MORAL. CUMULATIVIDADE. SUMULAS STJ 37 E 07. 1. NÃO SE HA DE COGITAR DA CULPA DO PREPOSTO EM AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, BASTANDO ESTABELECE O NEXO CAUSAL ENTRE O ATO E O EFEITO LESIVO. 2. A REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATORIOS NÃO IMPLICA EM OFENSA AO ART. 535/CPC, QUANDO EXPLICITADO NO ACORDÃO A MATERIA CUJO PREQUESTIONAMENTO SE PRETENDE. 3. A EXTENSÃO DO DANO E QUESTÃO PROBATORIA DE REEXAME IMPOSSIVEL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. 4. DANOS MATERIAL E MORAL SÃO CUMULAVEIS, CONFORME ENTENDIMENTO SUMULADO DESTA CORTE. 5. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO (STJ - REsp: 78908 SP 1995/0057317-2, Relator: MIN. PEÇANHA MARTINS, Data de Julgamento: 16/04/1997, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 26.05.1997 p. 22506) - *grifo nosso*

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. COLISÃO. VIATURA DA POLÍCIA CIVIL. TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO. INTELIGÊNCIA DO ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

120
top.

ESTADO. CONDUTA E NEXO CAUSALEVIDENCIADOS. INTENSO SOFRIMENTO COMBINADO COM PERDA DE MEMBROINFERIOR DIREITO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.INEXISTÊNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. APRECIACÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É Inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido está assentado em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta Recurso Extraordinário - Súmula 126/STJ. 2. Ademais, perquirir o valor dos danos morais e materiais fixados nas instâncias anteriores implica o reexame das provas e fatos colhidos, não podendo ser reapreciado em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa disposta na Súmula 7 desta Corte. 3. Agravo Regimental do ESTADO DA PARAÍBA desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 157715 PB 2012/0054287-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/06/2012, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/06/2012)

Assim, há de se ter nos autos elementos que demonstrem a relação entre a conduta do agente administrativo e o dano experimentado pelo autor, independentemente da comprovação do elemento subjetivo - culpa, posto que apenas o dano e o nexo causal são exigidos para configurar a responsabilidade civil do Estado.

No caso vertente, verifica-se que foram atendidos os requisitos necessários para ensejar o dever de reparação do dano por parte do Estado recorrente, a saber: a ocorrência do dano material (franquia paga pela parte autora em razão de avarias em seu veículo, fls. 57), bem como o nexo causal entre este dano e a conduta da Administração Pública - fls. 24/30.

De fato, a parte autora acostou aos autos o recibo da franquia de seu seguro e, desse modo, demonstrou perda financeira que não pode ser por ela suportada. Ao contrário, deve tal dano material ser ressarcido por aquele a quem se pode imputar a responsabilidade pelo evento danoso.

No caso dos autos, o Laudo Pericial não deixa dúvidas acerca do liame entre o dano suportado pela apelada e a conduta da Administração Pública, no sentido de que a colisão do veículo particular com a viatura oficial se deveu à conduta da própria Administração. Nesse sentido, cumpre destacar a conclusão a que chegou o supracitado laudo:

FOI CAUSA DETERMINANTE DO ACIDENTE foi a falta dos cuidados indispensáveis para com a segurança do trânsito por parte do condutor do veículo postulado como V-1, que ao adentrar no



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

121
top

cruzamento não sinalizado por semáforos, deu margem a ser colidido pelo veículo V-2 que também adentrava no cruzamento.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá
Relatora Convocada